

GABARITO COMENTADO - SIMULADO 03/02/2018

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Guimarães

01. LETRA C

O título do texto menciona pediatria o que só irá ser explicado no seguinte parágrafo:

A pediatria é uma das especialidades que mais sofrem com essa situação, que beira o surreal. No Brasil, há 35 mil especialistas na área. Pouco mais de 70% deles atuam na rede pública, principalmente nessa rede que carece de quase tudo. Mesmo assim, num contexto completamente adverso, eles têm se desdobrado para oferecer às crianças e adolescentes o mínimo do que precisam.

02. LETRA D

a) Falta de equipamentos médicos.

"...não havia um negatoscópio (aparelho para avaliar uma radiografia) e a falta de estetoscópio foi registrada em 23% das fiscalizações."

b) Falta de materiais de higiene.

"Em 3% das UBS visitadas não havia sanitários para os funcionários; em 8% faltavam pias ou lavabos; **sabonete líquido e papel toalha eram itens faltantes** em 16% das unidades."

c) Falta de infraestrutura.

"Em 3% das UBS visitadas **não havia sanitários para os funcionários; em 8% faltavam pias ou lavabos; sabonete líquido e papel toalha eram itens faltantes** em 16% das unidades."

d) Falta de profissionais capacitados.

Extrapolou, pois o texto afirma apenas que "No Brasil, há 35 mil especialistas na área."

03. LETRA A

b) Dados estatísticos. -----> Das 1.266 UBS vistoriadas pelos CRMs em 2015, um total de 739 (58%) apresentava mais de 30 itens em desconformidade com o estabelecido pelas normas legais em vigor

c) Argumentação lógica, por causa e consequência. ----> Plenamente eficientes, ajudariam a reduzir a incidência de doenças e a controlar os problemas crônicos, com menos sequelas e mortes, esvaziando hospitais e, o que mais gostam de ouvir os gestores, diminuindo custos. Contudo, os dados mostram uma rede à margem de suas possibilidades.

d) Apelo sentimental. -----> Em nome da saúde e do bem-estar dos jovens brasileiros, essa realidade deve ser transformada com urgência.

04. LETRA B

Está no sentido de limitar a ação dos médicos em prol da saúde de seus pacientes, visto que, falta recursos e não pela incapacidade ou falta de vontade dos profissionais....

05. LETRA B

Plenamente eficientes, ajudariam a reduzir a incidência de doenças e a controlar os problemas crônicos, com menos sequelas e mortes, esvaziando hospitais e, o que mais gostam de ouvir os gestores, diminuindo custos. **Todavia**, os dados mostram uma rede à margem de suas possibilidades.

06. LETRA C

O sentido da frase é que os dados mostram uma rede de hospitais que pouco aproveita suas oportunidades.

07. LETRA B

Analisando as alternativas:

a) notícia, porque o texto se limita a expor os fatos, sem emitir opiniões.

Errada. Uma notícia não é limitada .

c) artigo científico, pois vale-se de dados científicos para embasar o texto.

Errada. Há dados científicos no texto, porém não podemos concluir que o texto seja um artigo científico.

d) resenha, uma vez que analisa e expõe os dados de uma pesquisa realizada.

Errada. Resenha é uma notícia que expressa os detalhes de um fato, analisando-o de diversas formas.

08. LETRA D

Persuasivo = que convence.

09. LETRA C

- I. "... também tenho certeza que você está vivo." (ERRADA)
- II. Descartes dizia que era possível que nosso corpo e nosso cérebro fossem ilusões, mas que NÃO ERA POSSÍVEL DUVIDAR de que temos uma mente e de que existimos, pois se estamos pensando, existimos" (CERTA)
- III. "eu" como entidade que se move no tempo e no espaço. "Estamos conscientes de nosso passado e podemos projetar nosso futuro. Então, temos o 'eu' corporal, o 'eu' subjetivo e o 'eu' temporal" (CERTA)

10. LETRA A

PARADOXO: pensamento, proposição ou argumento que contraria os princípios básicos e gerais que costumam orientar o pensamento humano, ou desafia a opinião consabida, a crença ordinária e compartilhada pela maioria.

TAUTOLOGIA: uso de palavras diferentes para expressar uma mesma ideia; redundância.

METÁFORA: designação de um objeto ou qualidade mediante uma palavra que designa outro objeto ou qualidade que tem com o primeiro uma relação de semelhança (p.ex., ele tem uma *vontade de ferro*, para designar uma *vontade forte*, como o ferro).

AMBIGUIDADE: propriedade que apresentam diversas unidades linguísticas (morfemas, palavras, locuções, frases) de significar coisas diferentes, de admitir mais de uma leitura.

11. LETRA B

- I. (FALSA) O conto começa em tom de mistério sem apontar sentimentos dos personagens acerca da ação que realizam.

Trechos do texto: "Mas cada um de nós" .. "Cada um fora alguma vez **feliz**" .. "Ninguém ali me queria" .. "Eu não queria ninguém" .. "Bebíamos sem prazer .. à saúde do ressentimento" .. "não é com você que eu quero" ..

=> *Percebe-se que há mistério na medida em que não é possível determinar os indivíduos ali presentes. Todavia essa alternativa de fato é falsa, pois claramente aponta-se para sentimentos, mesmo que os personagens não sejam determinados: felicidade, desprezo, sensação, ódio etc.*

- II. (FALSA) Os convidados, além de seguirem o que manda a tradição, estabelecem uma relação de solicitude e aproximação entre si.

Trechos do texto: "Não é com você que eu quero, dizia nosso olhar sem umidade..." ... "A avareza de não repartir o sábado, ia pouco a pouco roendo e avançando como ferrugem, até que qualquer alegria seria um insulto à alegria maior".

=> *Percebe-se claramente que não há relação de solicitude e aproximação entre os convidados, além de que aparentemente não seguem nenhuma tradição.*

12. LETRA D

- I. Qualifica a palavra "tecnocracia"
- II. Significado de Amoral
Substantivo masculino: Pessoa indiferente à moral; quem não se opõe nem concorda com os preceitos morais.
Adjetivo: Que não se opõe nem concorda com as regras morais. Desprovido de senso moral por falta de conhecimento, por indiferença ou por reprovar os códigos morais. Não confundir com: imoral.
Significado de Imoral
Adjetivo: Que não tem nenhum princípio moral; que vive contrariamente à moral: homem imoral. Contrário à moral, às normas de conduta estabelecidas por um grupo social, aos bons costumes: obra imoral. Que se opõe ao pudor, à decência; indecente: comportamento imoral; relacionamento imoral.
Substantivo masculino e feminino Devasso; quem leva a vida de maneira libertina.
- III. é derivação prefixal.

13. LETRA D

- I. **Estão flexionados no mesmo tempo verbal.** - presente do indicativo (correto).
- II. **Estão flexionados na mesma pessoa do discurso.** - terceira pessoa do plural (correto)
- III. **Estão flexionados no mesmo modo.** - modo indicativo (correto)

14. LETRA A

1. quem se baseia se baseia EM alguma coisa (em cujos quem investe, investe EM alguma coisa(em que)
2. quem sofre, sofre DE alguma coisa (dos quais)
3. quem paga, paga alguém COM alguma coisa (com que)
4. quem se vale, se vale DE alguma coisa (de que)

15. LETRA A

Trata-se de uma **APOSTO** e não de um **VOCATIVO**.

16. LETRA D

A vida e a transformação nascem da morte do velho.

17. LETRA A

Aposto: é o termo acessório cuja função é a de esclarecer, explicar, identificar, especificar, resumir um outro termo antecedente.

18. LETRA A

- b) Ao se substituir o termo “Mas” (L. 6) por: Todavia, entretanto ou, contudo prejudica-se a correção gramatical e alteram-se as informações originais do período.
Falso, o termo, "mas" é passível de substituição pelos termos, "todavia, entretanto e, contudo," por se tratarem de conjunções adversativas.
- c) A substituição de “pois” (L. 9) por “porque” altera as informações originais do período.
Falso, tanto "pois" quanto "porque" são conjunções explicativas.
- d) A forma verbal “fazem” (L. 8) está no plural porque concorda com “medidas protecionistas” (L.7 e l. 8).
Falso, a forma verbal "fazem" concorda com o termo "representantes".

19. LETRA D

- I. correta, é a regra do verbo haver com sentido de existir.
- II. errada, pois por ser de pequena extensão não é obrigatória.
- III. correta, PROBLEMAS ÁRDUOS

20. LETRA B

- I. Errada. A. A primeira oração **nunca** será um predicado verbo-nominal tampouco a segunda oração, visto que o verbo não está indicando qualidade nem estado da pessoa, logo, o predicado é VERBAL. O predicado da primeira oração é nominal.
- II. Certa. O verbo andar está indicado a qualidade/estado da pessoa, logo é verbo de ligação.
- III. Errada. O primeiro verbo é de ligação e o segundo é transitivo direto.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Walmir do Carmo

- 21. **LETRA A**
- 22. **LETRA D**
- 23. **Anulada**
- 24. **LETRA C**
- 25. **LETRA D**
- 26. **LETRA D**
- 27. **LETRA D**
- 28. **LETRA B**
- 29. **LETRA D**
- 30. **LETRA C**
- 31. **Anulada**
- 32. **LETRA A**
- 33. **LETRA C**
- 34. **LETRA A**
- 35. **LETRA C**
- 36. **LETRA C**
- 37. **LETRA B**
- 38. **LETRA C**
- 39. **LETRA A**
- 40. **LETRA D**

- Os comentários de Raciocínio Lógico serão gravados, e disponibilizados na área do aluno.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Eudson Justiniano

41. LETRA C

CF, art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado; CF, art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

42. LETRA C

Seguem interessantes julgados que corroboram a resposta:

"Os Estados-membros **não podem reproduzir em suas próprias Constituições** o conteúdo normativo dos **preceitos inscritos no art. 86, § 3º e § 4º**, da Carta Federal, pois as prerrogativas contempladas nesses preceitos da Lei Fundamental – por serem unicamente compatíveis com a condição institucional de chefe de Estado – **são apenas extensíveis ao presidente da República.**" [ADI 978, rel. p/ o ac. min. Celso de Mello, j. 19-10-1995, P, DJ de 24-11-1995.]

"A previsão constitucional do art. 86, § 4º, da Constituição da República **se destina expressamente ao Chefe do Poder Executivo da União**, não autorizando, por sua natureza restritiva, qualquer interpretação que amplie sua incidência a outras autoridades, nomeadamente do Poder Legislativo. [Inq 3.983, rel. min. Teori Zavaski, j. 3-3-2016, P, DJE de 12-5-2016.]

Texto da Constituição Federal:

Art. 86. § 3º Enquanto não sobrevier sentença condenatória, nas infrações comuns, o Presidente da República não estará sujeito a prisão.

§ 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

43. LETRA B

Item "I") De acordo com previsão constitucional, **os Vereadores não gozam de imunidade formal ou processual**. Eles possuem imunidade material, desde que suas **opiniões, palavras e votos** estejam relacionadas com o exercício do mandato (praticado *in officio* ou *propter officium*) e sejam proferidas **dentro dos limites do Município**. Ademais, por não possuírem imunidade formal ou processual, **os Vereadores são julgados pelo Tribunal do Júri, quando praticam crimes dolosos contra a vida (não são julgados originariamente por um tribunal de segunda ou terceira instância), e o processo correrá "normalmente" (não há a possibilidade de sustação do processo, por exemplo)**.

* Então, no contexto trazido pelo Item "I", o Vereador **poderá** ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática do ato.

**** COMPLEMENTO:

Súmula Vinculante nº45: A competência constitucional do Tribunal do Júri **prevalece** sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido **exclusivamente pela Constituição Estadual**.

item "II") Comentário do Item "I".

* Já que o Vereador cometeu tal ofensa **fora da circunscrição do seu município** ("...**âmbito federal e sediada no Distrito Federal**."), ele **não está** protegido pela imunidade material. Logo, o Vereador **poderá** ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática do ato.

Item "III") Comentário do Item "I".

* Já que o Vereador cometeu tal ofensa **dentro da circunscrição do seu município** ("...**em discurso realizado no plenário da Câmara dos Vereadores da qual é membro**..."), ele **está protegido** pela imunidade material. Logo, o Vereador **não poderá** ser responsabilizado civil, penal e administrativamente pela prática do ato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Waltinho Alves

44. LETRA C

Súmula 473 do STF diz que a Administração Pública pode anular seus próprios atos (pois são ilegais e portanto não originam direitos, efeitos *ex tunc*) ou ainda revogar seus próprios atos (por conveniência/opportunidade, respeitando os direitos adquiridos, efeitos *ex nunc*)

45. LETRA A

Em regra a teoria adotada para a responsabilização do Estado é a do RISCO ADMINISTRATIVO – É aplicada para danos decorrentes de AÇÃO do Estado ou de seus agentes. Nesta o Estado assume o risco inerente de administrar e, portanto, a sua culpa será presumida. Caberá a vítima provar apenas o dano sofrido e o nexa causal.

Ao que toca o risco gerado por omissão do Estado prevalece a TEORIA SUBJETIVA: (TEORIA DA CULPA ANÔNIMA ou DA FALTA DO SERVIÇO) – Decorre de omissão qualificada do Estado pelo descumprimento de um dever legal. Gera **responsabilidade subjetiva**.

Todavia, quando o Estado tem o dever de agir (função de garantidor -tinha que agir para evitar o fato- e não o fez, a responsabilidade será objetiva. Ex: detento no presídio que morre.

Como exceção, o Estado ainda pode ser responsabilizado pela TEORIA DO RISCO INTEGRAL:

O dano é pressuposto. O Estado não tem meio de defesa para se excluir da responsabilidade – Parte da doutrina não reconhece esta como sendo uma teoria própria, confundindo-a com o risco administrativo.

Mas para a corrente dominante, o risco integral é uma teoria própria que responsabiliza o Estado a partir da ocorrência de um dano qualificado pela lei. (Ex: Hipóteses especiais que podem implicar em danos de largas proporções, chamados de danos pressupostos: **danos radioativos ou nucleares; Por atos de terrorismo contra a aviação civil; Por danos gerais ao Meio Ambiente**).

A responsabilidade é OBJETIVA e INTEGRAL – não se confere qualquer meio ao Estado para se eximir sua responsabilidade.

46. LETRA A

Erro da alternativa “A”, o uso dos bens públicos podem ser: oneroso ou gratuito. O advérbio “obrigatoriamente” deixou a alternativa incorreta.

Demais alternativas corretas, vejamos o capítulo III do código civil:

CAPÍTULO III **Dos Bens Públicos**

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REGIMENTO INTERNO

Carol Mesquita

47. LETRA D

A alternativa correta é D

Decreto e Decreto lei não são atos nem do processo legislativo federal e nem do municipal segundo artigo 59 da CF/88 E 85 da LOMBH.

48. LETRA A

A alternativa correta é A, segundo previsão expressa do artigo 83 da LOMBH, AS DEMAIS ALTERNATIVAS NEM CONSTITUEM COMPETENCIAS PREVISTAS QUE DEPENDAM DE SANÇÃO.

49. LETRA D

A alternativa correta é D, segundo previsão do artigo 82,§ 3º da LOMBH.

As comissões parlamentares de inquérito, observada a legislação específica, no que couber, terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, e serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, ao Defensor do Povo ou a outra autoridade competente, para que se promova a responsabilização civil, criminal ou administrativa do infrator.

50. LETRA D

LETRA D É FALSA, POIS CONTRARIA O ART. 76, § 4º - A Mesa da Câmara pode, de ofício ou a requerimento do Plenário, encaminhar, por escrito, pedido de informação a secretário, a dirigente de entidade da administração indireta e a outras autoridades municipais, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.